

Violência no Rio de Janeiro: novos caminhos para o enfrentamento



***Profissionais discutem
alguns efeitos da
violenta política de
segurança do estado
do Rio de Janeiro
– Páginas 3 a 11***

III Seminário de Psicologia e Direitos Humanos – Pág. 13

Prêmio Monográfico Margarete de Paiva Simões Ferreira – Pág. 13

Informações sobre planos de saúde e carga horária de psicólogos – Págs. 15 e 16

Abordagem Centrada na Pessoa é debatida no CRP-RJ – Pág. 16

Novo plenário assume e apresenta propostas - Pag. 18

Novas comissões de Saúde e Direitos Humanos realizam primeiro evento – Pag. 20

Traçando Novos Rumos

Este foi um ano eleitoral: os psicólogos foram convocados para eleger os plenários de todos os dezessete Conselhos Regionais, e do Conselho Federal de Psicologia. Nos Regionais, os plenários eleitos já tomaram posse; no CFP, isto será feito em dezembro, durante a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF).

No CRP-RJ, houve duas chapas concorrendo, e a chapa de continuidade à gestão do XI Plenário (2004/2007) foi eleita, defendendo os mesmos princípios e compromissos com que se apresentara à categoria em 2004. Não se trata, no entanto, de continuísmo, e muito menos de estagnação; há muitas, e essenciais, novidades.

Podemos considerar que a ênfase na gestão do Conselho mudou. A maior parte do período de gestão do XI Plenário continuou na direção traçada pela Comissão Gestora (março 2003 - setembro 2004), de reorganização e regularização da situação do CRP-RJ. Isto era necessário, e mesmo urgente, em todos os níveis: administrativo, financeiro, ético e político, tendo em vista o caos e as irregularidades a que gestões anteriores haviam levado o Conselho.

Esta tarefa já foi, em grande parte, realizada, embora certas conseqüências do descaso, da irresponsabilidade e da leviandade com que eram tratados os assuntos do Conselho e suas relações com a categoria, numa política personalística e clientelista, ainda se apresentem e provoquem, por vezes, um certo emperramento e dificuldades no encaminhamento da sua gestão. O resgate desta história, com detalhes, ainda está sendo feito, e sempre que pudermos acrescentaremos novos dados nesta construção.

O XII Plenário do CRP-RJ assumiu, em setembro de 2007, tendo diante de si a imensa tarefa de continuar a restabelecer e solidificar os laços com a categoria, em seus diversos setores, respeitando as diferenças e diversidades de orientações teóricas e práticas presentes na Psicologia. Neste sentido, algumas Comissões Especiais foram criadas, e estão sendo implantadas, em setores onde até então não tínhamos conseguido fazê-lo: as Comissões de Psicologia na Educação e a de Psicologia no Judiciário, por exemplo.

Devemos insistir, e lembrar mais uma vez quem é o destinatário final deste nosso trabalho? Sim, é sempre necessário fazê-lo: a finalidade dos Conselhos de Psicologia, através da contínua qualificação da profissão, no zelo pelo respeito aos princípios da ética profissional, é servir à população brasileira, especialmente aqueles setores ainda não atingidos por nossas atividades. Fazer falar e se expressarem os deserdados da sorte, os oprimidos e explorados; os esmagados e submersos por situações aparentemente sem saída, mas que persistem e continuam a perseguir uma vida melhor, tentando afirmar a humanidade que lhes é negada. Superar teórico-praticamente a visão de uma Psicologia asséptica, neutra, "objetiva", fria e indiferente aos dramas humanos. Concretizar com nossas ações a indissociabilidade entre política, ética e estética, como o fez Eduardo Coutinho em seu luminoso documentário, "Jogo de Cena": o desvelamento espontâneo de subjetividades femininas num cenário shakespeariano, o teatro e a vida se confundindo e se revelando em suas misérias e seus esplendores.

Fique em dia com a Psicologia

No início de cada ano, os Conselhos Regionais de todo o Brasil enviam aos psicólogos o carnê referente à taxa de atividades do ano corrente. O prazo para o pagamento em dia das anuidades de 2007 venceu no dia 31 de março, mas ainda é possível solicitar o recálculo.

A anuidade é um tributo obrigatório por lei, que deve ser pago por todos aqueles que exercem a profissão. Fique em dia com a Psicologia!

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-RJ

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280
Tel/Fax: (21) 2139 5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br
site: www.crprj.org.br

Diretoria Executiva:

José Novaes – presidente - CRP 05/980
Pedro Paulo G. de Bicalho – vice-presidente - CRP 05/26077
Marília Álvares Lessa – tesoureira - CRP 05/1773
Noeli Godoy – secretária - CRP 05/24995

Membros Efetivos:

Ana Carla Souza Silveira da Silva - CRP 05/18427
Eliana Olinda Alves - CRP 05/24612
Francisca de Assis Rocha Alves - CRP 05/18453
Janaina Barros Fernandes - CRP 05/26927
José Henrique Lobato Vianna - CRP 05/18767
Lindomar Expedito Silva Darós - CRP 05/20112
Luiz Fernando Monteiro P. Bravo - CRP 05/2346
Lygia Santa Maria Ayres - CRP 05/1832
Maria da Conceição Nascimento - CRP 05/26929
Suyanna Linhales Barker - CRP 05/27041
Wilma Fernandes Mascarenhas - CRP 05/27822

Membros Suplentes:

Alessandra Daflon dos Santos - CRP 05/26697
Ana Lúcia de Lemos Furtado - CRP 05/0465
Ana Maria Marques Santos - CRP 05/18966
Cecília Maria Bouças Coimbra - CRP 05/1780
Elizabeth Pereira Paiva - CRP 05/4116
Érika Piedade da Silva Santos - CRP 05/20319
Fernanda Brant Gabry Stellet - CRP 05/29217
Karine Neves Mourão - CRP 05/28863
Luciléia Pereira - CRP 05/29453
Márcia Ferreira Amêndola - CRP 05/24729
Maria Márcia Badaró Bandeira - CRP 05/2027
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - CRP 05/10564
Samira Younes Ibrahim - CRP 05/7923
Vanda Vasconcelos Moreira - CRP 05/6065
Vivian de Almeida Fraga - CRP 05/30376

Comissão Editorial:

Alessandra Daflon dos Santos
Cecília Maria Bouças Coimbra
Eliana Olinda Alves
Marília Álvares Lessa

Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTb 15963/97/79

Projeto Gráfico

Octavio Rangel

Redação

Carolina Selvatici
Jean Souza (estagiário)

Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.
(21) 2232-3866 / 3852-6820

Impressão

Gráfica Editora STAMPPA

Tiragem / Periodicidade

30.000 exemplares / Bimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

Cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail ascom@crprj.org.br

Violência no Rio de Janeiro: novos caminhos para o enfrentamento



O Rio de Janeiro, há alguns anos, é palco de um grande debate sobre a violência. Questões como a redução da maioridade penal e a legitimidade da repressão violenta pela polícia estão constantemente em discussão, sendo apoiadas tão fortemente quanto rechaçadas sempre que um novo caso de violência acontece.

Recentemente, o filme “Tropa de Elite” e a política de segurança que vem sendo fortalecida pelo novo governo estadual trouxeram estas questões à baila (*leia mais no artigo das páginas 8 e 9*). As diversas reações ao filme e as ações da polícia carioca motivaram o CRP-RJ a lançar aqui, mais uma vez, a discussão: como e por que a violência aumenta cada vez mais?

“Acredito que um excesso de individualismo e uma falência de valores que estabeleciam limites à humanidade causaram este crescimento da violência. Há uma banalização dos valores. Hoje, o único que vale é o do mercado”, diz Auterives Maciel, professor de filosofia da PUC-Rio. “Com isso, passa a ser permitido que a camada mais pobre da população seja tratada com violência, já que ela está fora deste mercado. Quer dizer, é tudo parte da organização sociopolítica que temos hoje”.

A socióloga Vera Malaguti Batista, secretária geral do Instituto Carioca de Criminologia, concorda: “Eu acho que esse capitalismo que estamos vivendo, com a hegemonia do mercado, produz insegurança, conflitividade social e desamparo. E a resposta do ‘sistema’ a isso é o que Paulo Arantes chama de ‘guerra cosmopolita’. Uma guerra aos pobres do mundo, que é feita pela polícia e pelos exércitos com a mesma lógica: a de que existe um inimigo a ser combatido”.

(continua na próxima página)



“A resposta penal ou bélica é sempre seletiva. Ela recai sobre os que devem ser “controlados”. É por isso que não adianta “despolitizar” a

questão criminal, como vem sendo feito pelo que eu chamo de “sociologia colaboracionista”: aquela que quer explicar a violência pelas categorias universais e pelas propostas de gestão, de governamentalidade”.

Vera Malaguti Batista, secretária geral do Instituto Carioca de Criminologia e professora do Mestrado em Sociologia e Direito da UFF

No Rio, uma cidade em que os contrastes sociais são bastante acentuados e evidentes, isso se mostra de maneira clara. Segundo dados da Secretaria do Estado de Segurança do Rio de Janeiro, de 1º de janeiro a 31 de junho de 2007, 3.251 assassinatos foram registrados. Dentre esses assassinatos, segundo uma pesquisa da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OIE), a taxa de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos é três vezes maior que nas outras faixas etárias.

Outra pesquisa, da ONG Observatório de Favelas, diz que essa taxa é sete vezes maior entre moradores de comunidades.

Segundo Vera Vital Brasil, da Equipe Clínica do Grupo Tortura Nunca Mais-RJ, é fácil ver sinais de como a violência está voltada para os segmentos mais pobres da sociedade. “Muitos dos mecanismos instalados na ditadura estão vigentes nas favelas. Por exemplo, o chamado ‘auto de resistência’ é um recurso utilizado para justificar, dentro da lei, as execuções sumárias e extrajudiciais. Para citar um dado do Instituto de Segurança Pública (IES) apresentado em novembro deste ano, no Rio de Janeiro, estas execuções aumentaram 20% em relação ao mesmo período no ano passado. Ou seja, a política de segurança tem sido a de confronto direto, o que leva a morte da população por balas perdidas e de jovens suspeitos de serem do tráfico. Os mecanismos conquistados, como o direito constitucional à ‘inocência presumida’, não existem nesses setores”.

A violência policial que Vera Vital Brasil traz à discussão é outro aspecto importante desta questão. Segundo o IES, de 2001 a 2006, 5.831 pessoas foram mortas em confronto com a polícia. Inácio Cano, sociólogo, psicólogo social e professor da Uerj, afirma que a violência da polícia brasileira é histórica. “A polícia foi criada no Brasil para capturar escravos fugidos. Era ela a responsável por

“Acredito que a violência cresce e a tortura é hoje aceita por causa de uma banalização dos valores que existe em nossa sociedade. Não há mais respeito aos limites. A violência é, hoje, um problema ético. Falta ética ao nosso mundo”.

Auterives Maciel, professor de Filosofia da PUC-Rio

puni-los com açoitamento público. Isso já foi um avanço ao que existia na época, quando isso era feito por particulares. Mas, se analisarmos, a atitude do Estado diante da população excluída não mudou muito de lá para cá”.

Sandra Carvalho, diretora-executiva da ONG Justiça Global, chama a atenção para o conceito de “guerra ao crime”, estabelecido pela política de segurança brasileira e, especialmente, pela carioca. “É um conceito militarizado, que cria um aparato policial para enfrentamento de um inimigo que não precisa ser combatido, mas eliminado”, diz Sandra. “Além disso, houve um alargamento da noção de quem é o ‘inimigo’. Hoje, todos associam os moradores de favela à criminalidade. Com isso, criou-se uma licença para matar e prender essas pessoas. Mesmo quem protesta contra o fim da violência policial nas favelas é associado ao tráfico”.

Juízo, de Maria Augusta Ramos

Três anos depois de filmar o documentário “Justiça”, sobre o sistema judiciário brasileiro, a documentarista Maria Augusta Ramos realiza “Juízo”, sobre o sistema Degase. O documentário, uma espécie de continuação do primeiro, filma audiências na II Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro e entra no Instituto Padre Severino, instituição para onde são levados os jovens que cumprem medidas de internação.

Segundo a sinopse do filme divulgada à imprensa, o espectador é conduzido ao instante

do julgamento para desmontar os juízos fáceis a respeito da questão dos jovens em conflito com a lei. Como o alvo de seu documentário são menores de idade, que não podem ser filmados, a diretora refilmou as cenas de julgamento, escalando jovens que passam por situação social semelhante aos “réus” para atuar. Todos os demais personagens são reais, entre juízes, promotores, defensores, familiares e agentes do Departamento Geral das Ações Sócio-Educativas.

Exibido no Festival do Rio 2007 e na 31ª Mostra Internacional de São Paulo, o documentário



tem data de lançamento prevista para março de 2008 (leia mais sobre o Sistema Degase na matéria das páginas 10, 11 e 12).



“Os que fazem parte dos setores mais empobrecidos, a grande maioria da população, ganharam, assim, o estatuto de ameaça pública. Além de

submetidos às precárias condições de vida, tornaram-se alvo de uma política de criminalização. Num mundo em que a ameaça é permanente, o medo uma produção incessante, a desconfiança se impõe em cada relação, as justificativas para o uso generalizado de armas, para as práticas de tortura estão colocadas como um suposto ‘direito de defesa’”.

Vera Vital Brasil, Equipe Clínica do Grupo Tortura Nunca Mais-RJ.

“O que é estranho é que a maioria dos policiais vem da mesma origem pobre que os moradores da favela. E, mesmo assim, eles acham que podem matar e torturar os que são negros



“O Estado brasileiro tolera, de certa forma, a ilegalidade por causa da configuração social do país. Como a maioria das pessoas não tem poder de

compra, tolera-se a pirataria, a informalidade... Se pararmos para pensar, tudo que o ‘jeitinho’ brasileiro representa está muito ligado à ilegalidade. E se ligarmos esta tolerância à ilegalidade à aceitação de um comportamento violento, que é histórico da polícia no Brasil, passa-se a tolerar a tortura e a execução. É o que vemos hoje”.

Inácio Cano, sociólogo, psicólogo social, professor da Uerj e membro do Laboratório de Análise da Violência.

e favelados”, diz Maria Dalva da Costa Correa da Silva, moradora do Morro do Borel que perdeu o filho há cinco anos pela ação da polícia. “O trabalho da polícia é prender, não matar. Meu filho e os outros três meninos que estavam com ele foram mortos por serem favelados. E os policiais ainda disseram que foi um ‘auto de resistência’. É uma total inversão: o meu filho, que foi vítima, tornou-se criminoso, e os criminosos, vítimas”.

Segundo Inácio, o discurso de que “criminosos têm que morrer” já foi absorvido até pelos próprios moradores das favelas, que mais sofrem com estes casos: “Hoje, quando alguém é morto num confronto com a polícia, o familiar não questiona por que a polícia - que deveria proteger - matou aquela pessoa. Ele se limita a dizer que a pessoa não deveria morrer porque era um trabalhador”.

Vera Vital Brasil afirma que essa mentalidade policial existe por causa do tipo de formação das polícias. “Ela se inspira na polícia dos tempos ditatoriais e mantém os mesmos rasgos de violência, brutalidade, preconceito e discriminação. Desprovidos de uma formação que valorize a vida, os direitos de cidadania, de defesa dos direitos humanos, as forças de segurança produzem o medo e a insegurança e, reproduzindo a brutalidade, acabam por multiplicar as formas de violência mais cruéis”, diz ela.

Para Maria Dalva, os psicólogos têm papel importante na reversão da violência atual: “A violência não faz só uma vítima, ela arrasa também todas as pessoas próximas. É um trauma. Para a família, para os amigos, a perda daquela pessoa é revivida toda vez que outros morrem, vítimas da violência. Minha neta até hoje me pergunta por que o pai dela morreu. Receber atendimento psicológico me ajudou a enfrentar isso. Falar foi muito importante”.

Segundo Vera Malagutti, “a escuta da dor, do desamparo e da brutalização pode evocar resistências e, principalmente, trabalhar nossos desejos de outro mundo, a partir da imbricação entre a memória singular e a coletiva”. Sandra concorda: “Ao receber apoio psicológico, a pes-

“Uma grande parte das pessoas acredita que as comunidades pobres são o berço da criminalidade. Basta ver a afirmação do governador do estado, que disse que a legalização do aborto diminuiria a violência no Rio. É impressionante ver como segmentos importantes da sociedade, formadores de opinião acreditam que esta seja uma verdade absoluta”.

Sandra Carvalho, diretora-executiva da ONG Justiça Global

soa dá um salto qualitativo. Ela deixa de se posicionar como vítima para agir como ator social em sua luta”.

Auterives salienta que, apesar do desenvolvimento da profissão no Brasil ter acontecido em um período extremamente violento e de controle - a ditadura -, a Psicologia tem uma vantagem porque pode agir diretamente na questão: “Existe um problema interno à profissão de psicólogo, pois ela faz parte de uma sociedade de controle. É preciso que os profissionais tenham visão crítica para balancear este limite entre controle e ação. Mas é importante agir. Um filósofo pode falar sobre o assunto, mas a intervenção quem faz é o psicólogo”.

“A violência e a tortura contra os moradores de comunidades existem há anos e anos. Acho que a saída melhor seria a educação. Só que, se as comunidades começarem a receber educação e informação como a classe média, elas vão se tornar iguais. E não é isso que se quer. Parece que o que mais se quer é separar, apartar a classe pobre das outras”.

Maria Dalva da Costa Correa da Silva, moradora do Morro do Borel, que perdeu o filho há cinco anos pela ação da polícia.

Entrevista com Gustavo Borchert



A American Psychology Association (APA – Associação Americana de Psicologia) rechaçou, em agosto de 2007, uma moratória que proibia a participação de psicólogos em interrogatórios realizados em centros de detenção do governo americano tais como a base de Guantánamo e de Abu Ghraib. Para a APA, “os psicólogos devem estar presentes nestes eventos para proteger os interrogados, de forma a evitar que os interrogadores passem do limite”.

No entanto, existem provas de que a participação destes psicólogos é usada para aumentar cada vez mais este limite: eles serviriam como consultores para descobrir as melhores maneiras de obter informações de cada prisioneiro, como ocorreu no Brasil durante o período da ditadura militar. Além disso, muitos criticam a presença de psicólogos em locais onde os prisioneiros são mantidos por tempo indeterminado sem que sejam acusados formalmente. O músico e mestrando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, Gustavo Borchert, que viveu nos Estados Unidos, fala sobre esta participação e sobre a banalização da tortura nos EUA, em especial após o 11 de setembro.

Segundo Gustavo, a participação de psicólogos em interrogatórios é usada desde a II Guerra Mundial. “Os psicólogos participavam do treinamento e da recuperação do pessoal, além de trabalhar com os prisioneiros de guerra para obtenção de informações. Os métodos desenvolvidos foram largamente utilizados no Vietnã e também nas ditaduras da América Latina, que se tornaram um verdadeiro laboratório científico de estudo da tortura”, afirma Gustavo. No pós 11 de Setembro, a CIA começou a contratar psicólogos e psiquiatras para alargar e modernizar o seu repertório de tortura. “Em 2005, quando denúncias sobre esta participação surgiram, a *American Psychiatry Association* (APA – Associação Americana de Psiquiatria) proibiu a participação de psiquiatras em qualquer tipo de interrogatório. Já a APA apoiou a participação de psicólogos, como forma de ganhar espaço na comunidade científica”.

Assim, dois psicólogos, James Mitchell e Bruce Jessen passaram a usar nos prisioneiros um programa de treinamento militar destinado a preparar soldados a resistirem a interrogatórios ca-

sos fossem presos em combate. Durante este programa, conhecido como SERE (Sobrevivência, Evasão, Resistência e Escape), os soldados são sujeitos a tortura acústica, privação sensorial, isolamento, dor auto-infligida, tortura de sono, simulacros de execução, tapume de água (*waterboarding*) – no qual o indivíduo é imobilizado e encapuzado e água é despejada na cabeça simulando afogamento – e outras técnicas semelhantes às aplicadas atualmente aos detidos nas prisões americanas.

“Mitchell chamou a técnica de *earned helplessness* - desamparo adquirido. O objetivo é que os prisioneiros sintam que não podem ter mais esperança, que seu destino está nas mãos do interrogador”, diz Gustavo. Para tanto, as equipes de psicólogos elaboram programas personalizados de interrogatório, identificando pontos psicológicos de maior fraqueza, específicos para cada interrogado, como o medo do escuro, ou ligação com a família. Segundo Gustavo, uma das técnicas mais usadas é o desrespeito a símbolos do islamismo, já que a maioria dos presos segue esta religião. “As *biscuit* (BSCTs: Equipes de Con-

sulta em Ciência Comportamental) se tornaram tão essenciais neste procedimento que um general americano, cirurgião geral em uma base militar, afirmou que a presença de psicólogos é essencial num interrogatório”.

Ele cita a *National Strategy for Combating Terrorism* (NSCT - Estratégia Nacional para Combater o Terrorismo), criada em 2006, para mostrar a força da presença de profissionais especializados em tortura: “A NSCT diz claramente: ‘Para melhor nos prepararmos para a luta de gerações contra o terrorismo e ideologias extremistas que o alimentam, criaremos uma comunidade de profissionais especializada em contra-terrorismo’. Quer dizer, planeja-se fortalecer a presença não só de psicólogos, mas de outros profissionais especializados em sessões de tortura”.

Isso tudo é apoiado pela atual política governamental norte-americana de luta contra o terror. Ele cita novamente o NSCT: “Diz aqui: ‘Durante a Guerra Fria, nós criamos uma lista de instituições domésticas e internacionais, unindo forças para derrotar a ameaça do comunismo. Hoje, nós necessitamos de estruturas transformadoras

semelhantes para prosseguirmos com a luta contra o terror e ajudar a garantir nosso derradeiro sucesso'. É uma loucura. O vice-presidente Dick Cheney chegou a ir à televisão dizer que a tortura é o único método para se combater o terror. Quem se dispõe a fazer isso, realmente acredita que a tortura vai resolver o problema”.

Segundo Gustavo, desde o ataque ao World Trade Center, o governo americano instalou um regime de medo no país, institucionalizando a tortura. “Como os EUA estão em estado de guerra, o presidente americano é atualmente o *commander in chief*, ou seja, o comandante maior do Exército. Isso tem sido usado para abrir brechas para uma transferência cada vez maior de poder para o poder executivo. Através da reinterpretação de diversas leis e da aprovação de outras, hoje o presidente americano tem o poder de prender qualquer pessoa suspeita de terrorismo sem provas. A palavra do *commander in chief* basta”.

Além disso, o *USA Patriot Act 2001* (Ato Patriótico Americano, de 2001), lei aprovada com apenas um voto contra na Câmara dos Deputados americana, inaugurou um movimento de criação de leis que teriam como objetivo uma transferência gradativa, mas rápida, de poder para o braço executivo do governo americano. Com isso, o procurador-geral da República Americana passou a poder autorizar vigilância eletrônica de um suspeito por até um ano sem aprovação do tribunal da FISA (Ato para Monitoramento de Inteligência Estrangeira) e foi criado um banco de dados que guarda DNAs de suspeitos de terrorismo por dez anos após a sua liberação de uma acusação.

“O que acontece é muito parecido com o que acontecia durante a ditadura brasileira após o AI-5. A pessoa suspeita de terrorismo já é considerada criminosa, e não tem direito a *habeas corpus*, nem fiança. O governo americano não tem a necessidade nem de divulgar o motivo da prisão, nem o prisioneiro tem direito a avisar que foi preso aos seus familiares. O prisioneiro ainda pode ficar preso indefinidamente sem ser acusa-

do formalmente. Posso citar inúmeros casos de tortura, violência e morte que ocorreram com pessoas que foram acusadas de terrorismo e não tinham nada com a história. Hoje, a lei americana até afirma que o presidente pode interpretar a Convenção de Genebra (Tratados assinados em 1864 e 1949 que definem normas internacionais para o respeito aos Direitos Humanos). Tudo isso em nome da ‘segurança nacional’”.

Para Gustavo, o importante é pensar quais eram as subjetividades já presentes na sociedade americana que responderam tão prontamente ao discurso nacionalista-belicista da administração atual. “Esse apoio tão unânime a uma idéia conservadora, maniqueísta, de um ‘eixo do mal’ que é contra o país, tem base muito forte nas questões religiosas e mercantilistas. Já ouvimos o Bush dizer que é inspirado por Deus quando toma as decisões. E também sabemos que era necessário dissolver os entraves que existiam à

expansão do capital mundial. Os americanos são um povo bastante conservador, uma sociedade positivista. Têm uma crença bastante cega nas instituições. Por isso, existe um grupo grande acomodado a esta situação. É claro, existe uma minoria crítica. Mas que sofre uma retaliação severa”.

Ele compara a reação americana ao atentado de 11 de setembro com a reação espanhola ao atentado ao metrô em Madri, realizado em março de 2004: “Os espanhóis tiveram uma reação completamente oposta a dos americanos, contra esse discurso nacionalista, de defesa da pátria a qualquer custo. Talvez porque já tenham tido uma experiência ruim com ele, durante o regime franquista. Mas os americanos também já passaram por isso durante os anos 50, com o macartismo. Na verdade, o que temos hoje é a volta do macartismo. O inimigo é diferente, mas a reação é a mesma”.



Foto divulgada em abril de 2004, mostrando soldados americanos torturando prisioneiros na prisão de Abu Ghraib

... Sobre o que desmorona, mas se mantém: reflexões a partir do filme “Tropa de Elite”

“Mas, de tanto esperar, ninguém mais espera – e nossa cidade inteira vivia sem futuro” (Camus, A Peste).

Através da imensa capilaridade proporcionada pela “pirataria”, o filme *Tropa de Elite* obteve um fenômeno de público, antes mesmo de estreitar no circuito oficial. Quanto mais se reprovava o “comércio ilícito”, maior eram os espectadores interessados. A abundância de sites, comunidades no orkut e blogs dedicados ao filme indica os impactos por ele causado. Outras inúmeras situações prosaicas também poderiam ser elencadas para ilustrar o culto à “faca na caveira” e ao “homem de preto”: de brincadeiras infantis que simulam as torturas perpetradas pelos “caveiras” (divulgadas, inclusive, pela Internet) até uma linha de confecções e objetos eróticos baseada na *Tropa de Elite*.

Logo, tomando como parâmetro o oficializado pela indústria cultural - o “consumo de massa” – o filme foi um retumbante sucesso! A des-

peito das proclamadas intenções do diretor José Padilha (que antes dirigiu o competente documentário “Ônibus 174”), seu consumo de massa integrou-se à difusa corrente de espetacularização do horror social e de fabricação implacável de consensos, promovida diariamente pela grande mídia empresarial e demais setores da indústria cultural (como o cinematográfico), através de uma perigosa interpelação da sociedade. Tais solavancos simbólicos alimentam-se numa prolongada *criminalização da pobreza*, que no Rio de Janeiro aponta como “inimigo” o negro-favelado. Nesse espectro, o universo de “combate ao crime” fica rigorosamente determinado: são as favelas e congêneres inóspitos espalhados pelas periferias. O “homem de preto” aprende desde o início onde é o “teatro da guerra”.

O branco da classe média, universitário, “leitor em potencial” do “Vigiar e Punir” de Michel Foucault até obteve espaço na trama, mas tão somente para gravitar em torno do “centro irradiador” da ilicitude. Ao consumir drogas ilícitas na universidade e demais espaços (peque-

no-burgueses) de socialização, ele “financia o narcotráfico” e, por conseguinte, torna-se “co-responsável pela violência urbana”. O modelo hegemônico de controle das drogas pela ilicitude, de inspiração norte-americana, figura como uma “lei de bronze” no filme, passando incólume a qualquer tipo de problematização, por meio de uma imagem, frase, palavra, gesto ou qualquer outra indicação.

Nesse registro, a estilização audio-visual da “guerra nos morros cariocas” oferecida por “Tropa de Elite” não apenas se revelou inepta a provocar um mal-estar perante o quadro de iniquidades galopantes e a carga ideológica que o legitima; demonstrou-se também incapaz de destruir o (imminente) processo de identificação do público com o agressor. Absorto na frenética simultaneidade de imagens e sons (supervisionada por técnicos norte-americanos, especialistas em “efeitos especiais”), o espectador é conduzido por Capitão Nascimento (na posição coetânea de protagonista e narrador) a ratificar a naturalização da “guerra”, contida na sua afirmação: “se o BOPE não existisse, os traficantes já haviam tomado a cidade há muito tempo”.

Capitão Nascimento e seus comandados de elite personificam a administração repressiva das contradições, conflitos e dilemas sociais contemporâneos, através da mobilização progressiva de expedientes militarizados. Sob essa perspectiva, os mórbidos cânticos e lemas da *Tropa de Elite* adquirem maior inteligibilidade, na medida em que deixam de ser tratados como desvarios efêmeros para serem apreendidos como fidedignas sinalizações dos mecanismos de gestão do desvario objetivado de uma cidade que desmorona, mas se mantém¹.

Na cidade do Rio de Janeiro o modelo militarizado de regulação social já foi intensamente adestrado. Desde as chamadas *Operações*



Foto: Custódio Coimbra

Rio, em 1992 e 1994, às ocupações mais recentes do Exército, passando pelas cotidianas incursões policiais (vanguardadas pelas Tropas de Elite²) foi possível dimensionar as medidas de terror e medo que sustentam esse belicismo regulatório. A esse respeito, os indicadores da atuação policial no Rio de Janeiro, em 2007, são muito significativos. Segundo o Instituto de Segurança Pública, já foram mortos neste ano 961 “suspeitos”, 154 a mais do que no mesmo período do ano passado. Analisando especificamente os dados do primeiro semestre de 2007, foram registradas 694 mortes – aumento de 33,5% em relação ao primeiro semestre de 2006, cujas mortes atingiram 520. Nos últimos sete anos os “autos de resistências” (mortes em confronto) elevaram-se consideravelmente, conforme atesta o seguinte arrolamento: em 2000, registraram-se 172 casos; em 2001, 300; em 2002, 409; em 2003, 621; em 2004, 469; em 2005, 501³.

Nesse enquadramento, o termo *barbárie* passa a apresentar um vigor conceitual para a investigação da vida social colapsada, com a ressalva de que não simboliza ausência de civilização, mas sim excesso da mesma. Doravante, trata-se da *barbárie civilizatória*, cuja base é constituída pelo “moderno” engendrando o “arcaico” na sua forma mais pura – a violência. Não se trata apenas de uma “crise das instituições”, mas sim de uma crise conjugada dos fundamentos da forma de organização social capitalista, afirmada hoje como um “sistema-mundo”. O capital reproduz-se dilapidando seus próprios alicerces. Isso desencadeia uma crise de legitimação do Estado, terreno fértil para a administração repressiva das contradições, conflitos e dilemas sociais, ancorada cada vez mais em intervenções militarizadas. Assim, desemprego estrutural, informalidade, precarização das relações (formalizadas) de trabalho, (re)configuração do trabalho escravo, erosão da seguridade pública e a militarização da vida social emergem de uma processualidade comum.

Por esse conjunto de aspectos mencionados, consideramos inadequada a prescrição do rôtulo



lo *fascista* ao filme. Não devido a formalismos conceituais e academicistas, mas por causa da desconsideração de singularidades histórico-sociais, indispensáveis para um exercício de crítica do filme e da atual lógica de violência social por ele abordada. Os “traços fascistizantes” advindos de uma constante regulação e mobilização da sociedade para a “guerra” não representam uma (re)constituição do totalitarismo estatal do nazifacismo, edificado no entre-guerras. O que está despontando, a rigor, é o enredamento galopante da violência com as democracias de mercado. A militarização em curso da vida social acompanha (ou melhor, nutre-se) do fortalecimento institucional e ideológico dos regimes democráticos, e vice-versa. Com isso, a democracia tende a se perpetuar como um “Estado de Emergência”, o que macula irreversivelmente seus cânones, mas, ao mesmo tempo, os sustenta. Desmorona, mas se mantém.

Em suma, (o democrata e progressista) José Padilha (disso, não duvidamos) dirigiu uma expressão cinematográfica aderente ao processo de militarização da vida social, que viceja em meio à democratização. Estranho, não!?

Notas

1 - Como exemplo de cânticos, podemos destacar: “o interrogatório é muito fácil de fazer, pega o favelado e dá porrada até doer; o interrogatório é muito fácil de acabar, pega o bandido e dá porrada até matar”; “bandido favelado não se varre com vassoura, se varre com granada, com fuzil e metralhadora”; “Oh! Homem de preto qual é a sua missão? Entrar na favela e deixar corpo no chão”.

2 - Aqui também deve ser incluído, além do BOPE – Batalhão de Operações Especiais, da Polícia Militar, o CORE – Coordenadoria de Recursos Especiais, da Polícia Civil.

3 - O número de mortos entre os operadores do aparato repressivo estatal também aumentou. Sem negligenciar esse dado, deve ser sublinhado, contudo, o elevado número de mortes ocorridas fora dos horários e locais oficiais de serviço, decorrente dos diversos níveis de participação dos mesmos em atividades ilícitas, tais quais: “milícias”, “máfia dos caça-níqueis”, “máfia das kombis” etc. A proporção é de 41 *autos de resistência* para cada policial vitimado em confronto (Extraído de Cano, Inácio. “Segurança a sangue e fogo”. *Jornal O Globo*, 24 de agosto de 2007). Ela é um potente indicativo do genocídio em curso no Rio de Janeiro.

Felipe Brito – doutorando da Escola de Serviço Social da UFRJ;

Marildo Menegat – professor da Escola de Serviço Social da UFRJ.

“O que é feito para excluir, não pode incluir”: pelo fim

Em 2005, o Sistema Conselhos de Psicologia lançou a Campanha Nacional “O que é feito para excluir, não pode incluir: pelo fim da violência nas práticas de privação de liberdade”. Durante este ano, o país acompanhou episódios que, em sua maioria, pela forma como foram veiculados pelos grandes meios de comunicação de massa, ajudaram a fortalecer idéias de tolerância zero: redução da maioridade penal, endurecimento de penas no sistema prisional ou mesmo atitudes policiais que justificam práticas de tortura.

Em vista das fortes opiniões a favor de uma certa cultura do encarceramento e do extermínio, esta edição do jornal do CRP-RJ, resgatando a proposta da Campanha, ouviu psicólogos que atuam diretamente ou na interface com instituições de privação de liberdade, no Rio de Janeiro. Em comum, eles ressaltam que os problemas existentes em tais instituições são antes problemas estruturais: o modo global de organização econômica, o desemprego, a violência, entre outros.

Varas de Justiça: falta de recursos e prioridade aos regimes de internação

A psicóloga Damiana de Oliveira (CRP 05/20843) atuou durante sete anos na Vara da Infância e da Juventude (VIJ) da Comarca da Capital, no atendimento a adolescentes autores de atos infracionais. Recentemente transferida para a 1ª Vara Regional da Infância e da Juventude de Madureira, ela esclarece alguns detalhes sobre o trabalho na VIJ da Capital.

De acordo com Damiana, na Comarca da Capital, o Serviço de Psicologia atua basicamente em três frentes de trabalho: a realização de estudos psicológicos para subsidiar o Juiz nas decisões em audiência; a execução das medidas protetivas de acompanhamento psicológico e tratamento antidrogas; e a realização de triagens quando há uso abusivo e/ou dependência de drogas.

“Para realizar esse trabalho contamos com um diminuto quadro de psicólogos, insuficiente para fazer frente ao fluxo de adolescentes que ingressam no se-

tor. Além disso, do ponto de vista estrutural, sentimos falta de recursos como equipamentos audiovisuais, jogos, vídeos educativos e filmes, bem como de um espaço que nos possibilite realizar atividades em grupo com os jovens e seus pais”, diz a psicóloga.

Damiana afirma que, atualmente, prioriza-se a internação, em detrimento outras medidas socioeducativas, para jovens que cometem atos infracionais: “O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não fala em penas, mas sim em medidas socioeducativas, ainda que na prática muitas vezes estas em nada difiram daquelas. O ECA, ao estabelecer as medidas socioeducativas, elencou-as de modo que as medidas privativas de liberdade fossem utilizadas somente em último caso, nas situações de extrema gravidade e pelo menor tempo possível, respeitando-se os princípios da brevidade e da excepcionalidade”, ressalta.

“No entanto, podemos perceber que as medidas de semiliberdade e internação são largamente utilizadas nos mais diferentes contextos, em detrimento de outras medidas em meio aberto, tais como a prestação de serviços à comunidade (PSC), a obrigação de reparar o dano ou mesmo a liberdade assistida (LA)”, completa Damiana.

Sistema DEGASE: desafios no atendimento aos jovens

As psicólogas Fátima Tremura (CRP 05/5620), Diretora da Divisão de Psicologia do DEGASE, e Aparecida Kazue Esaki (CRP 05/4797), também psicóloga da instituição, assim como Damiana, afirmam que é necessário cumprir o estabelecido pelo ECA. “Ainda percebemos grande incidência da medida de internação nas decisões judiciais”, criticam.

Entretanto, Fátima afirma que uma série de esforços tem sido feita, com o objetivo de modificar as rotinas no atendimento aos jovens que passam pelas 29 unidades do Sistema DEGASE. Com base nos parâmetros estabelecidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), ela afirma: “Ainda estamos iniciando os trabalhos, com



m da violência nas práticas de privação de liberdade

as visitas “in loco” que pretendemos fazer a todas as unidades, conversando com os profissionais sobre suas atividades e as dificuldades enfrentadas, bem como convocando-os para a elaboração de novos programas e projetos a serem inseridos no planejamento para os próximos anos, como parte da estruturação da Divisão de Psicologia”.

Fátima e Aparecida comentam o processo de municipalização das medidas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade): “Poucos municípios estão mobilizados para sua implantação, o que, em parte, reduz as possibilidades de sua aplicação”, dizem.

“No DEGASE lidamos diariamente com os problemas da nossa sociedade: drogadição, violência, abandono familiar e, para cada um deles, o psicólogo deve estar atualizado com os novos procedimentos, a relação com a rede interinstitucional e novas descobertas para criar o seu estilo próprio de trabalho, acreditando no que o adolescente pode vir a ser após o cumprimento da medida socioeducativa”, diz Fátima.

De acordo com Mônica Cunha, do Movimento Moleque, Movimento de Mães pela Garantia dos Direitos dos Adolescentes no Sistema Sócio-Educativo, a situação no DEGASE ainda continua muito ruim: “Os meninos não tem curso profissionalizante. Tem que ter alguma bolsa, porque ela é um incentivo. É o próprio Estado que tem que dar condições”, diz.

Mônica afirma que, em vista de trabalhos como os desempenhados pelo Movimento Moleque e pela Fundação Bento Rubião, onde também trabalha, houve redução no número de conflitos com funcionários. Entretanto, ela comenta o assassinato de um adolescente, ocorrido em outubro deste ano, dentro do Educandário Santo Expedito, em Bangu. O adolescente foi espancado até a morte por outros 27 internos, por desobedecer a uma regra de conduta criada pelos jovens: “É um absurdo o Estado aceitar isso, todos os funcionários do Estado são coniventes com esta situação. O adolescente não pode ter resíduos do que acontece nos presídios, isso é culpa do Estado”.



No ano passado, foi realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a ‘Inspeção Nacional às unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei’ com visitas a 22 estados brasileiros e ao Distrito Federal. O relatório das visitas, publicado pelas Comissões do CFP e da OAB, apontou a presença de celas – reproduzindo modelo dos presídios –, denúncias de espancamento, atendimento médico precário, superlotação, violação de sigilo de correspondência, isolamento, entre outras provas da gravidade da situação das unidades no país.

SEAP: legislação e burocracia são entraves para presidiários e psicólogos

Para os psicólogos que atuam na Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) do Estado do Rio de Janeiro, além dos problemas sociais, que só fazem aumentar a precarização das condições de vida nas cidades, outro problema grave, histórico, agrava o destino de milhares de indivíduos, no país: a cultura das prisões. O psicólogo João Delfim

Nadaes (CRP 05/12202), que trabalha na SEAP há 14 anos, diz que o próprio modelo disciplinar das prisões confere uma “identidade delinqüente” para os condenados. Além disso, as práticas que são reservadas aos próprios psicólogos da área, segundo ele, contribuem para mais exclusão.

João aponta a Lei de Execução Penal (LEP), de 1984, como entrave ao trabalho dos psicólogos. A Lei introduz a participação do profissional na Comissão Técnica de Classificação (CTC) e na elaboração do Parecer Psicológico para o Exame Criminalológico: “A CTC, através da técnica do exame, passa a ser um instrumento não só de controle disciplinar, mas sobretudo de construção de individualidades, como consta no Artigo 5º (‘Os condenados serão classificados segundo os seus antecedentes e personalidade para orientar a individualização da execução penal’). Ele critica, ainda, o artigo 6º da LEP, segundo a qual o psicólogo deve “propor, à autoridade competente, as progressões e regressões dos regimes, bem como as conversões”.

(continua na próxima página)

“O exercício profissional do psicólogo, neste contexto, não pode ser o de amolador de facas para a execução penal dos presos, já excluídos”, afirma João. Ele ressalta: “De acordo com os princípios fundamentais do Código de Ética do Psicólogo, em seu item VII, ‘O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais’”.

A psicóloga Márcia Badaró (CRP 05/2027), Conselheira do CRP-RJ e psicóloga da Penitenciária Joaquim Ferreira de Souza, em Bangu, afirma: “Quando o Regulamento Penitenciário do Rio de Janeiro (RPERJ) fala das atribuições da CTC, ele diz que esta Comissão, da qual o psicólogo faz parte, deve julgar as supostas faltas disciplinares cometidas pelos presos e sugerir a punição mais adequada, segundo a LEP ou o RPERJ, ou sua absolvição. Estar no lugar de julgador é incômodo para nós, pois não estamos ali para isso”.

“Não acreditamos que o Exame Criminológico, nas condições em que é realizado – uma única entrevista, na maioria das vezes, em razão da grande demanda do judiciário – possa dizer algo sobre a personalidade da pessoa presa”, diz a psicóloga.

“O psicólogo faz exame como auxiliar do juiz para avaliar se o sujeito pode ganhar benefícios. O que a gente questiona é a qualidade e a natu-

reza científica deste exame”, diz o psicólogo José Meirelles Filho (CRP 05/2546), da Penitenciária Vicente Piragibe, também em Bangu. Ele critica demandas feitas aos psicólogos: “Nós não fazemos futurologia. Não posso produzir um documento dizendo se um indivíduo vai voltar ou não a cometer um delito”, critica.

“A Lei 10.792, de 2003, acabou com o Exame Criminológico, mas há interpretações no Judiciário que são diferentes. Alguns juízes acham que acabou, outros que não. O Juiz da Vara de Execução Penal, Carlos Augusto Borges, em reunião com psicólogos da SEAP, em outubro deste ano, foi claro: ele não concorda que se acabe com o exame criminológico, pois, segundo ele, o procedimento dá uma idéia de quem é o preso, mas aceitou que os psicólogos apresentem uma proposta alternativa a essa prática, o que deverá ser encaminhado em breve”, disse Márcia.

A psicóloga cita a Portaria Interministerial 1777, de 2003 (dos Ministérios da Saúde da Justiça), que trata do Plano Nacional de Saúde Penitenciária, criada com base nos princípios do SUS, como um dos caminhos do tratamento às pessoas privadas de liberdade e da melhoria das condições de trabalho nas prisões: “Ela nos coloca em outro lugar, diferente do lugar de perito e de julgador; aponta para práticas que se preocupam

com a saúde das pessoas que estão lá dentro. Cria as Equipes de Saúde Mental em todas as unidades prisionais do Brasil, mas aqui no Rio elas foram inseridas de forma burocratizada, não conseguindo ainda funcionar da forma como deveriam”

José Meirelles concorda: “São pessoas muito pobres estas que chegam ao Sistema Penitenciário, elas têm muitas limitações, e quando saem da prisão, voltam com esse currículo de ‘ter passado pelo sistema’. A criação de grupos de reflexão, em oposição ao trabalho voltado para a avaliação psicológica dos indivíduos, é o trabalho ideal”.

“A técnica do exame através da CTC não teve a finalidade de acabar com a violência e sim teve como objetivo o aprimoramento da forma de punir devido à sua maior eficácia”, critica João.

Dia Internacional da Luta pelos Direitos Humanos

Mais do que nunca, hoje, em nossa sociedade de controle globalizado, torna-se urgente falar sobre Direitos Humanos e afirmar o Direito à Vida. A toda e qualquer vida, mesmo as “severinas” como nos dizia João Cabral de Melo Neto em “Morte e Vida Severina”.

Díficeis tempos os de hoje onde a tortura e os extermínios tornam-se cotidianos, sendo banalizados, naturalizados e, mesmo, apontados como necessários para alguns segmentos em determinadas situações. É a teoria do “mal menor” que vem sendo globalizada pelos EUA (ver matéria das páginas 6 e 7).

Por tudo isto, o XII Plenário do CRP-RJ junta suas vozes às de todos os defensores da Vida que continuam em seus cotidianos se insurgindo e afirmando a possibilidade de outras formas de existir, outras formas de estar nesse mundo. Que o 10 de dezembro possa nos lembrar que:

“E não há melhor resposta / que o espetáculo da vida; / vê-la desfiar seu fio, / que também se chama vida (...) / vê-la brotar como há pouco / em nova vida explodida, / mesmo quando é assim pequena / a explosão como a ocorrida; / mesmo quando é uma explosão / como a de há pouco, franzina; / mesmo quando é a explosão / de uma vida Severina.”

VIII Encontro das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia

Entre os dias 8 e 10 de novembro foi realizado em Brasília o VIII Encontro das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia. Comemorando dez anos de luta das Comissões Regionais, durante o evento foram discutidas diversas questões sobre a atuação das Comissões no país.

Foram homenageados os coordenadores das três comissões nacionais de Direitos Humanos que existiram nesses dez anos: Cecília Coimbra, conselheira do CRP-RJ; Marcus Vinícius de Oliveira Silva e Esther Arantes.

Um dos temas de destaque foi a relação entre Psicologia e Justiça. Durante os debates, uma das prioridades do CRP-RJ foi a atuação de psicólogos no sistema penitenciário. O Encontro

também colocou como prioridade a necessidade de maior integração entre as Comissões Regionais. Dessa forma, decidiu-se pela criação de um grupo virtual de discussão, com a participação dos representantes de cada Comissão.

O Projeto Depoimento Sem Dano, que trata da inquirição de crianças e adolescentes em processos judiciais foi um dos pontos debatidos. Na ocasião, os integrantes dos 17 Conselhos Regionais participantes produziram uma Carta Aberta, cobrando maior discussão sobre o Projeto de Lei que pretende instituir a prática em Varas de Justiça do país.

Acesse o site do CRP-RJ (www.crprj.org.br) para ler a carta aberta.

III Seminário de Psicologia e Direitos Humanos

No dia 07 de dezembro, a Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH) do CRP-RJ organizou o II Seminário de Psicologia e Direitos Humanos. Com o tema “Trabalho, Direitos Humanos e Psicologia”, o Seminário reuniu psicólogos e estudantes de Psicologia em Copacabana, no Rio de Janeiro para discutir o papel da Psicologia no respeito aos Direitos Humanos no ambiente de trabalho.

O conselheiro presidente do CRP-RJ, José Novaes, e a conselheira coordenadora da CRDH, Suyanna Barker, abriram o evento. Os dois lembraram que o XII Plenário, assim como o anterior, tem os Direitos Humanos como diretriz principal. “Nosso objetivo é sempre discutir e trocar, de modo que as questões dos Direitos Humanos estejam permanentemente na pauta da Psicologia”, disse Suyanna.

Em seguida, a psicóloga e professora de Psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo, Maria Elizabeth Barros de Barros abriu a conferência. Beth falou sobre como os diversos modos de trabalhar criam modos de subjetivação. Para ela, o conceito de trabalho é diferente de

emprego: “Não há trabalho que não seja gestão. Não há situação em que haja uma obediência cega às prescrições. Sempre há criação. Estamos sempre gerindo nosso próprio trabalho”.

Ela lembrou que, a partir dessa perspectiva, é importante se perguntar sobre que modos de subjetivação são criados a partir do trabalho: “É preciso se perguntar quais as escolhas metodológicas e conceituais que fazemos e que efeitos elas produzem. Na Psicologia, por exemplo. Como pensar uma Psicologia que não tome como objetos sujeitos abstratos? Para mim, essa é a grande questão”.

O doutor em filosofia e professor na PUC-SP, Peter Pál Pelbart, foi o segundo a falar. Peter falou sobre como a sociedade de hoje se encontra biologizada: “Hoje, a subjetividade foi reduzida ao corpo. Surgiu um corpo-espetáculo, que concentra todos os nossos desejos e cria categorias. A sociedade é dividida em grupos biológicos: os hipertensos, os soropositivos...” Para Peter, o biopoder não mais coage a vida, mas age internamente: “O que temos hoje não se trata de um poder que impede as pessoas de viver ou que as



faz morrer, é um poder que as faz sobreviver, ou seja, restringe a vida humana a uma vida mínima. Vive-se uma vida desprovida de emoção, torna-se incapaz de alegria ou sofrimento”.

Ao fim do evento, a conselheira Cecília Coimbra fez o lançamento do livro “Direitos Humanos? O que temos a ver com isso?”, com as palestras dos dois primeiros Seminários de Psicologia e Direitos Humanos. Cecília fez uma homenagem à ex-coordenadora da Comissão de Direitos Humanos, Maria Beatriz Sá Leitão, responsável pelos seminários: “Beatriz deu o tom às discussões sobre Direitos Humanos no CRP-RJ. Acredito que ninguém teria feito isso melhor que ela”.

Prêmio Monográfico Margarete de Paiva Simões Ferreira

Durante o III Seminário, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro lançou o Prêmio Monográfico Margarete de Paiva Simões Ferreira. O prêmio homenageia Margarete de Paiva Simões Ferreira, ex-integrante da Comissão Gestora instituída no CRP-RJ em 2003 e psicóloga da Assessoria de DST e Aids do governo do estado do Rio de Janeiro, falecida em dezembro de 2006.

José Novaes, conselheiro presidente do CRP-RJ, falou sobre Margarete ao lançar o prêmio. Muito emocionado, ele lembrou que foi Margarete a responsável por levar grande parte dos participantes do XI e do XII Plenário ao CRP-RJ. “Sem ela, não estaríamos aqui”, disse.

Nesta primeira edição, o prêmio terá como tema “Experiências em Psicologia e Políticas Públicas”. O objetivo é dar visibilidade a experiên-

cias em Psicologia que tenham contribuído para a promoção e defesa de políticas públicas e dos Direitos Humanos. O prazo de inscrição de trabalhos vai até o **dia 15 de maio de 2008**.

Para se inscrever, os profissionais devem enviar por correio três cópias impressas do trabalho e uma cópia gravada em CD-ROM para a sede do CRP-RJ. Os trabalhos devem ter entre 15 e 20 laudas, incluindo as referências bibliográficas, e devem ser apresentados em formato Word, fonte Arial 12 e espaçamento 1,5. Poderão se inscrever profissionais psicólogos em situação regular com o Conselho e estudantes de Psicologia.

O Prêmio será divulgado na II Mostra Regional de Práticas em Psicologia, em julho de 2008. Os vencedores nas duas categorias receberão um prêmio em dinheiro e terão seu trabalho publicado, no todo ou em parte, pelo CRP-RJ.



Para saber mais detalhes sobre a inscrição de trabalhos para o prêmio, acesse o site do CRP-RJ.

CRP-RJ prestando contas

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DE JAN a OUT 2007

Receitas		
	Receitas de Contribuição	3.772.798
	Receitas de Contribuição de anos anteriores	1.397.278
	Receitas Patrimoniais	297.601
	Receitas de Serviços	111.515
	Outras Receitas	220.182
	Total das Receitas Brutas	5.799.374
Transferências (-)		
	Conselho Federal de Psicologia	1.393.117
	Total das Receitas Líquidas	4.406.258
Despesas (-)		
	Pessoal, Encargos Trabalhistas e Diárias	1.427.707
	Materiais de Consumo	54.082
	Energia elétrica, Telefonia, Postagem e Água	322.061
	Limpeza, Segurança e Manutenção	233.346
	Impressão Gráfica	111.473
	Transporte e Hospedagem	34.265
	Congressos, Fóruns e Eventos	150.435
	Serviços de Assessoria e Terceirização	168.836
	Seguros, Condomínio e Locação	14.268
	Impostos, Taxas e Tarifas Bancárias	142.866
	Total das Despesas de Operações	2.659.339
Investimentos (-)		
	Programas de Informática	4.624
	Máquinas, Motores e Equipamentos	910
	Mobiliário em Geral	0
	Equipamentos de Informática	0
	Total dos Investimentos	5.534
	Superávit Financeiro do período	1.741.384

Marília Álvares Lessa
Conselheira-Tesoureira

Roner Tavares
Contador CRC/RJ-097613/O-8

Quart'ética discute saúde mental do psicólogo

No dia 28 de novembro, o CRP-RJ realizou a última Quart'ética do ano. Com o tema "Saúde mental do trabalhador psicólogo: a quantas anda?", as psicólogas Valéria Salek Ruiz, da Petrobras, e Cláudia Osório da Silva, da Universidade Federal Fluminense (*foto*), debateram com os presentes não apenas o cotidiano de psicólogos, mas a situação dos trabalhadores na atualidade.

Valéria e Cláudia questionaram as demandas que são colocadas aos psicólogos, destacando dificuldades no trabalho diário e afirmando a importância do trabalho coletivo, como suporte para a reflexão.

Cláudia problematizou a oposição entre os conceitos de 'trabalho prescrito' e 'trabalho realizado'. Segundo ela, há uma grande dificuldade, por parte de qualquer trabalhador, em corresponder às exigências que lhes são colocadas. Qualquer trabalho, segundo ela, é perpassado por fatores não previstos inicialmente, o que, a cada momento, modifica os processos de execução das tarefas. Além disso, diariamente, o 'trabalho interrompido' é outro entrave para os trabalhadores: "A carga psíquica mais violenta é a da atividade impedida", disse a psicóloga.

Valéria também falou sobre a dificuldade de corresponder às demandas: "O que nos é enco-

mentado nunca pode ser cumprido. O produto final, às vezes, é o que menos importa", disse. Cláudia reforçou que se deve prestar atenção ao modo como o trabalho é desempenhado, em vez de se focar apenas os resultados finais: "A gente está falando de algo que vai além do produto, que é o processo, o modo de fazê-lo", apontou.

Ambas destacaram a importância de discussões coletivas e buscas de aprimoramentos nas questões que se colocam aos profissionais. Valéria e Cláudia problematizaram falas que apontavam para uma certa solidão no trabalho do psicólogo clínico. Cláudia afirmou que, mesmo o psicólogo clínico, que é visto como isolado, pode se submeter a reflexões coletivas: "O trabalho do psicólogo é muito complexo. O trabalhador está sozinho em termos: os autores que ele leu fazem parte de um coletivo, são figuras virtuais, todos estão dialogando com a gente. Isso muitas vezes não basta, então a gente vem ao Conselho", ponderou.



Valéria também apontou a complexidade da profissão, destacando a "dificuldade de estabelecer uma identidade do trabalhador psicólogo". Ela afirmou que a Análise Institucional é uma prática útil para a compreensão do jogo de forças nos ambientes de trabalho.

Ainda de acordo com Cláudia, há, para o psicólogo e para os trabalhadores em geral, uma permanente necessidade de renovação: "Você precisa de tempo para não pensar no trabalho, tempo de descanso. Hoje em dia é comum uma sobrecarga de trabalho e o reconhecimento de que isso atrapalha a produção".

Informações sobre convênios com planos de saúde

Desde a criação do TISS, o Serviço de Troca de Informações em Saúde Suplementar, o Conselho Regional de Psicologia vêm atendendo diversos psicólogos clínicos que têm dúvidas sobre o preenchimento da nova Guia de Serviço Profissional. Uma das principais dúvidas é sobre a necessidade de se preencher o campo relativo ao CID 10 (Classificação Internacional de Doenças), classificação que lista todas as doenças e sintomas conhecidos atualmente. Muitos profissionais declaravam não querer preencher o campo e entregar as guias a profissionais/funcionários, temendo a quebra do sigilo profissional.

O Conselho esclarece que, de acordo com o Código de Ética do profissional, é dever do psi-

cólogo proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso durante o exercício profissional. Por isso, o profissional não deve fornecer informações sigilosas a profissionais que não precisem respeitar o sigilo.

Para evitar uma situação constrangedora para o psicólogo e o paciente, algumas entidades optaram por não exigir o preenchimento do campo referente ao CID 10 por seus credenciados. Nestas instituições, o diagnóstico dos pacientes é informado através do laudo de solicitação de tratamento, que é enviado confidencialmente ao profissional que realizará avaliação para autorização do procedimento. Deste modo, o sigilo e, conseqüentemente,

o paciente e o profissional são respeitados.

O TISS é um programa de padronização das informações trocadas na saúde suplementar implantado pela Agência Nacional de Saúde em 1º de junho de 2007. A resolução, criada a partir de consulta pública, estabelece um padrão obrigatório para registro e intercâmbio de dados entre operadoras de planos privados de assistência à saúde e prestadores de serviços conveniados.

A Coordenadoria Técnica do CRP-RJ está aberta a responder quaisquer dúvidas dos profissionais sobre os serviços de saúde suplementar e, inclusive, pretende organizar diversos eventos sobre o tema em 2008. Fique atento ao site do CRP-RJ (www.crprj.org.br) para novas informações.

CRP-RJ debate carga horária de psicólogos

A Coordenadoria Técnica (COTEC) do CRP-RJ realizou, no dia 4 de dezembro, uma reunião sobre a regulamentação da carga horária semanal de trabalho dos psicólogos. O encontro contou com a presença de alguns psicólogos que vêm se mobilizando para a regulamentação em lei. As maiores queixas dos profissionais são relativas à grande disparidade de salários e carga horária de trabalho nos concursos públicos do estado e de diferentes municípios.

Para embasar a reunião, a COTEC pesquisou a carga horária e os salários estabelecidos em todos os concursos realizados no Estado entre 2004 e 2007. Constatada a grande disparidade das demandas de cada concurso, os presentes debateram a possibilidade de criação de um grupo de trabalho para criar uma proposta de regulamentação da carga horária que satisfaça todas as áreas de atuação da Psicologia.

O CRP-RJ, desde 2004, participa das reuniões dos Conselhos Profissionais e vem, continuamente, acompanhando os editais dos concursos públicos. Em muitos deles conseguimos estabelecer junto às instituições responsáveis, mudanças

concretas dos editais de modo a beneficiar a categoria. Apesar do esforço, ainda encontramos resistências de algumas instituições e, por isso, a colaboração da categoria se mostra imprescindível para esse processo de acompanhamento.

Dois projetos para estabelecimento desta carga horária por lei já foram apresentados, mas ambos se encontram engavetados. O primeiro, o PL 1858/1991, apresentado pelo Deputado Federal Sigmaringa Seixas, propunha uma carga de 20h para os psicólogos, baseando-se na carga horária de médicos e cirurgiões-dentistas. Apesar de aprovado em todas as comissões pelas quais passou, o projeto não chegou a ser votado e foi engavetado em 2003.

O segundo, apresentado pelo vereador do Rio de Janeiro, Aloísio Freitas, estabelecia jornadas de trabalho de 24 horas semanais para os psicólogos concursados, lotados nas secretarias municipais do Rio de Janeiro. O projeto percorreu todas as comissões com pareceres favoráveis, mas foi engavetado em 2006. A Câmara alegou que diminuir a carga horária semanal dos psicólogos obrigaria a Prefeitura a contratar mais pes-



soal, o que implicaria por sua vez em mais recursos. O PL 1.934 havia sido criado em março de 2004 e como justificativa, esclarecia que "...na esfera estadual, desde 1990 a Psicologia já detém a carga horária de 24h/s (Lei 1.658/1990) e acreditamos que esta proposição é ideal para corrigir esta injustiça ainda praticada no Município do Rio de Janeiro, à categoria dos Psicólogos".

No dia 23 de janeiro, às 17h, uma nova reunião será feita para dar andamento ao processo de discussão e deliberação de ações mais concretas. Já confirmaram presença a assessoria jurídica do CRP-RJ, representantes de diferentes Sindicatos, além da participação de outras Comissões do CRP (Comissão de Direitos Humanos, de Saúde e CREPOP). Chegou a hora de mobilizar! Venha e participe!

Pensamento de Carl Rogers é discutido em evento do CRP-RJ

Na segunda-feira, 5 de novembro, o CRP-RJ realizou o evento "Abordagem Centrada na Pessoa depois de Rogers". O palestrante convidado foi o professor mexicano Alberto Segrera, da Universidad Iberoamericana Ciudad de México. Segrera é criador dos Fóruns Internacionais da Abordagem Centrada na Pessoa, fundador e diretor dos Arquivos Internacionais da Abordagem Centrada na Pessoa e da Rede Ibero-americana Centrada na Pessoa.

O professor comentou brevemente o trabalho de Carl Rogers [1902, EUA - 1987], afirmando que, para ele, o termo 'abordagem' era mais amplo que 'terapia'. Ele destacou que boa parte do trabalho de Rogers estava voltada para a terapia e que o psicólogo preferia a palavra 'pessoa', em vez de 'cliente'. "Seu trabalho acabou sendo centrado na terapia. Se a abordagem fica viva é

porque as pessoas interessadas nisso vão além de Rogers", destacou Segrera.

Alberto Segrera expôs a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) em duas linhas: a primeira, migrando da unidisciplinaridade do método para a transdisciplinaridade; a segunda, migrando da uniformidade para a diversidade, nos campos de prática profissional. "É impossível compreender o ser humano a partir de uma só perspectiva. São essenciais as posições de outras disciplinas: Sociologia, Educação...", apontou o professor.

Segrera explicou que os trabalhos baseados em Rogers têm "diferentes matizes": há uma versão clássica, mas também uma série de ramificações, como o eixo fenomenológico, o baseado na transcendência e a linha expressiva.

O professor expôs um panorama sobre ACP no mundo de hoje, afirmando ser necessário o



fortalecimento de publicações a respeito do tema, principalmente nos países latino-americanos.

Acesse: Archivos Internacionales del Enfoque Centrado en la Persona (<http://www.uia.mx/aiecp/>). O Portal está disponível em sete línguas, inclusive português.

Depoimento Sem Danos

No dia 26 de outubro, de 2007, foi realizado um evento pela Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro sobre o Projeto Depoimento sem Dano (DSD). O evento contou com a presença do Juiz Titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, José Antônio Daltoé Cezar, idealizador do Projeto. Também participou do debate a Promotora da Infância e Juventude de Nilópolis, Rio de Janeiro, Carla Carvalho Leite.

A proposta do DSD é a inquirição de crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual, promovendo, segundo seu idealizador, a proteção psicológica de supostas vítimas. Na percepção de Daltoé, esse tipo de abordagem evitaria a revitimização com as sucessivas inquirições que comumente ocorrem nos âmbitos administrativo, policial e judicial. Ancorado no paradigma da proteção previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o projeto foi recomendado como lei nacional e, nesse momento, está em suspenso no Senado, em virtude de uma moção contrária ter sido aprovada no VI Congresso de Psicologia, realizado em Brasília, em junho de 2007. Defendendo a idéia de punição do suposto agressor, o juiz destaca que o DSD é a realização de “instrução criminal tecnicamente mais apurada e produção antecipada de prova” no processo penal.

Podemos pensar que a fala da criança, prevista como prova criminal, ocupa, no projeto, o território da delação. Fundamentando o direito da criança de ter uma voz no processo judicial, o Juiz Daltoé cita, além do art. 12 da Convenção Internacional de Direitos da Criança, o art. 18 do ECA. Nesse artigo, defende-se que “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. Perguntamos: onde estão a defesa, a proteção e a integridade das crianças em tal prática se, em uma espécie de *Big Brother*, elas são expostas para que uma produção antecipada de uma prova seja realizada no processo? Não estaríamos, nessa posição de inquiridores, reproduzindo uma lógica policia-

lesca-investigativa, tornando-nos os novos policiais especializados, atendendo acriticamente às demandas de uma sociedade de controle neo-liberal globalizada pautada em uma lógica meramente punitiva?

No que se refere ao lugar do Assistente Social ou Psicólogo no projeto, sua defesa é a da interdisciplinaridade. Conceitualmente, um trabalho é interdisciplinar, porque possibilita a escuta de vários saberes na construção de práticas. Isto não significa um profissional assumir o lugar do outro, como prevê originalmente o projeto, indicando que os técnicos, Assistentes Sociais e Psicólogos, façam a inquirição no lugar do juiz.

Um aspecto problemático apontado pelo Juiz, na apuração do fato, é o intervalo de tempo entre o suposto fato e o momento em que este é avaliado. Esse, sem dúvida, é um grande problema. Comumente, a memória da criança é afetada, confundindo-a muitas vezes. Sem contar que, alienada no desejo do adulto, pode, em um momento como esse, com toda essa produção midiática, apenas reproduzir o que esse adulto deseja.

Para corroborar com as suas justificativas ao Projeto, o Juiz exhibe o trecho de um depoimento.

Juiz fala para o técnico – “Pergunte se ela ficou com raiva ou medo dele?”

Técnico – “Tá com raiva dele?”

Criança – “Sim.”

Em outro momento o técnico disse que “um adulto não pode fazer isso com uma criança” e perguntou se ela estava melhor.

A pergunta contrasta com a idéia de uma pergunta aberta, como afirmou ser a prática dos profissionais nesse modelo de atuação. A pergunta feita pelo técnico além de não ser aberta, conduziu a resposta da criança para a suposta ‘raiva’. Uma pergunta aberta seria: “o que você sentiu, quando estava com ele?”. Alias, é um equívoco pensar que medo e raiva são, necessariamente, sentimentos comuns a todas as crianças abusadas. Em perguntas fechadas, a criança pode



Eliana Olinda Alves e Márcia Ferreira Amêndola***

responder “sim” ou “não” e encerrar o assunto, especialmente quando este gera ansiedade, como é o caso.

Ainda na defesa do DSD, o juiz destaca os sucessos do modelo em outros países em que esse tipo de inquirição midiática é obrigatória. No entanto, é importante lembrar que já existem, nesses mesmos países, vozes dissonantes sobre tal modelo. Nem todos estão compactuando com esse tipo de prática.

A promotora Carla Leite foca sua fala no direito da criança de ser ouvida, resgatando a tese “no melhor interesse da criança”, destacando que a oitiva da criança é o único meio possível de estabelecer provas. Ou seja, para o operador jurídico, o direito dado à criança é o de condenar seus afetos. Que direito garantido é esse? O de punir tão somente?

Ficou visível a dificuldade dos expositores responderem às perguntas feitas no debate pela falta de sustentabilidade desse modelo. A argumentação é frágil e, de forma geral, os técnicos estão se opondo a realizar tal prática. Os CRPs de todo o país, em especial suas Comissões de Direitos Humanos, estão cada vez mais se colocando contrários à realização desse tipo de atuação por parte dos psicólogos, entendendo que, além de ferir a proteção à criança como prevê a lei, fere também a ética profissional do psicólogo.

**Conselheira coordenadora da Comissão de Psicologia e Justiça do CRP-RJ.*

***Conselheira do CRP-RJ*

Novo plenário do CRP-RJ assume e apresenta suas novas propostas

Eleito no dia 27 de agosto deste ano, o XII Plenário tomou posse em uma cerimônia realizada no dia 25 de setembro. O Plenário, composto pelos participantes da chapa “Ética e Compromisso Social”, realizará a gestão do CRP-RJ até 2010.

A cerimônia foi aberta pela conselheira-presidente do CRP-RJ, Maria Christina Orrico, que falou sobre os três anos de gestão do XI Plenário, chamando atenção para a crescente aproximação dos psicólogos com o Conselho. Ela lembrou aos novos conselheiros que este trabalho deve ser continuado: “Será um trabalho duro, pois vocês devem procurar continuar a sanar, dentro da legalidade, as seqüelas de administrações anteriores, que não trataram este Conselho com o devido respeito”. Ela lembrou que a nova gestão será composta de psicólogos que participaram da Comissão Gestora instalada em 2003, do XI Plenário e por novos conselheiros. “Desejamos que essa diversidade de experiências enriqueça a gestão do CRP-RJ”, afirmou Christina.



A Conselheira Suyanna Linhales Barker assina o termo de posse

Novas propostas

O XII Plenário assume o Conselho com o objetivo de continuar o trabalho do XI Plenário, tendo os Direitos Humanos como principal eixo de suas políticas. Até 2010, a nova gestão pretende:

- Prosseguir com a reorganização financeira e administrativa do CRP-RJ, garantindo transparência, lisura e ética como características principais da gestão do Conselho;
- Avaliar e definir de forma coletiva o funcionamento e papel das sub-sedes e sua ampliação, fortalecendo o processo de interiorização e a relação com a gestão do CRP;

- Dar continuidade aos trabalhos junto ao Colegiado dos Conselhos Profissionais do Rio de Janeiro, no sentido de potencializar ações que beneficiem a categoria, a exemplos do Projeto de Lei do ATO MÉDICO e do Projeto de Lei do Ato do Administrador;

- Acompanhar, junto com outros Conselhos Profissionais, o cumprimento e o aprimoramento da legislação relativa aos concursos públicos;

- Debater, permanentemente, a formação profissional, estreitando relações com as agências de formação;

- Ampliar a visibilidade e a interlocução das práticas psi em eventos e debates em todo o estado do Rio de Janeiro;

- Estimular o diálogo e a troca entre profissionais e a aproximação destes com o CRP;

- Estabelecer parcerias com sindicatos afins para garantir condições dignas de exercício profissional dos psicólogos;

- Dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelas Comissões, que se constituíram como núcleos mediadores, dos quais se desdobram grupos de trabalhos, seminários e encontros temáticos;

- Participar ativamente dos movimentos sociais vinculados ao processo de transformação social e do exercício da cidadania.

Novas ações

Por reconhecer a importância da presença da Psicologia na Educação e no Sistema Judiciário, o XII Plenário criou duas novas comissões especiais: a Comissão de Psicologia e Justiça e a Comissão de Educação. As duas têm como objetivo incentivar o debate das principais questões das duas áreas e a comunicação entre os profissionais que nelas atuam.

As comissões já existentes também planejaram novas ações. Os psicólogos poderão continuar participando das “Quart’éticas” e dos “Trocando em Miúdos”, realizados bimensalmente. As Comissões de Ética e Direitos Humanos já realizaram eventos (leia matéria das páginas 12 e 16) e estão planejando o novo calendário das ativi-

dades, que estará disponível em breve no site do CRP-RJ. A COE também pretende continuar sedimentando o diálogo com a academia e está aberta a convites para palestras em Universidades e para participar de eventos.

A Comissão de Saúde realizará em 2008 o “II Fórum Regional de Psicologia e Saúde Pública: propostas para a continuidade de um trabalho coletivo”, com o objetivo de debater o campo da saúde pública atual e lançar o CD-ROM do I Fórum Regional de Psicologia e Saúde Pública – CRP-RJ. Além disso, pretende divulgar as propostas contidas no Relatório do I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública, através de debate promovido em lugares que reúnam profissionais de saúde dos municípios e estado do Rio de Janeiro, convidando-os a exporem suas experiências de trabalho a partir de temas que constam no Relatório. O objetivo é aproximar o CRP-RJ dos espaços públicos já existentes que vêm debatendo de modo interdisciplinar as ações de saúde.

Em 2008, a Comissão de Auditoria e Controle Interno (Caci) planeja realizar um novo concurso para contratação de funcionários para a sede e subsede do CRP-RJ. Além disso, o Conselho também pretende reformar sua sede e sub-sedes, a fim de melhorar as condições e a acessibilidade destes locais.

Outro projeto bastante caro ao XII Plenário é o de reforma da antiga sede do Conselho em Botafogo. O objetivo é criar um centro cultural e uma biblioteca no espaço, facilitando o acesso dos psicólogos e estudantes de Psicologia à bibliografia referente à Psicologia.

O XII Plenário do CRP-RJ pretende, nesta nova gestão (2007/2010), promover ações mais abrangentes em suas sub-sedes, bem como levá-las a outras regiões. Ampliar as discussões da Psicologia para além da sede da Tijuca é algo de interesse desta Plenária, tendo em vista que cada vez mais um número bem expressivo de psicólogos surge na assistência pública e privada de diversos municípios de nosso estado. Aguardem mais informações.

Conheça a estrutura do XII Plenário

Diretoria

José Novaes

- presidente;

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

- vice-presidente;

Marília Álvares Lessa

- tesoureira;

Noeli Godoy

- secretária.

Comissões

Comissão Regional de Direitos Humanos

Tem por objetivo estabelecer a necessária conexão entre práticas psicológicas e os Direitos Humanos, garantindo um exercício profissional norteado pelo respeito às diferenças e às multiplicidades. Constituída por psicólogos com atuação relevante em diferentes espaços na luta por estes direitos.

Coordenação: Conselheira Suyanna Linhales Barker - CRP 05/27041

Contato: cdhumanos@crprj.org.br

Comissão de Orientação e Ética

A Comissão de Orientação e Ética (COE) é um órgão de assessoramento ao Plenário e à Diretoria do CRP, para aplicação do Código de Ética Profissional dos Psicólogos e do Código de Processamento Disciplinar (CPD), bem como o estudo e o desenvolvimento de programas relativos à ética profissional. Além disso, a Comissão realiza ações de orientação e informação dos profissionais.

Coordenação: Conselheira Lygia Santa Maria Ayres - CRP 05/1832

Contato: ética@crprj.org.br

Comissão de Orientação e Fiscalização

Tem a função de fiscalizar e regularizar pessoas jurídicas, além de orientar a categoria de modo geral.

Coordenação: Conselheira Wilma Fernandes Mascarenhas - CRP 05/27822

Contato: cof@crprj.org.br

Comissão de Saúde

Tem como objetivos centrais focar a prática do psicólogo a partir de uma leitura crítica e reflexiva do seu fazer clínico-institucional e sócio-político, no campo público e privado, amparada pela defesa dos direitos humanos da população atendida e dos próprios trabalhadores de saúde; e ampliar sua atuação através da interlocução com práticas psicológicas em diversos setores (justiça, educação, assistência social e outras) e espaços do campo público, como o controle social e os movimentos sociais.

Coordenação: Conselheira Ana Carla Souza Silveira da Silva - CRP 05/18427

Contato: comsaude@crprj.org.br

Coordenadoria Técnica

Tem como objetivo assessorar a diretoria e os conselheiros na elaboração de respostas e pareceres técnicos, realização de estudos, levantamento de dados e pesquisas relacionadas ao campo da psicologia e do exercício profissional, promoção de intercâmbios e parcerias com diferentes instituições, acompanhamento de resoluções, leis e concursos públicos, e seleção de informações para o jornal e site, planejamento de congressos, seminários, entre outras atividades.

Coordenação: Conselheira Vivian de Almeida Fraga - CRP 05/30376

Contato: cotec@crprj.org.br

Comissão de Avaliação do Título de Especialista

Recebe e emite pareceres sobre as solicitações da obtenção de Título de Especialista pelos psicólogos, conforme as determinações da resolução CFP 002/2001. Funciona às segundas e quartas-feiras, das 14h às 18h.

Coordenação: Conselheira Maria da Conceição Nascimento - CRP 05/26929

Contato: especialista@crprj.org.br

Crepop

Tem por objetivo construir referências técnicas para uma melhor e mais crítica atuação profissional nas políticas pública brasileiras.

Coordenação: Lindomar Expedito Silva Darós - CRP 05/20112

Contato: crepop@crprj.org.br

Comissão de Educação

Tem o objetivo de construir um diálogo permanente entre a Psicologia e a Educação, se comprometendo a produzir um saber que ofereça pistas para uma formação mais implicada com a integralidade da pessoa e com a função social do conhecimento.

Coordenação: Francisca de Assis Rocha Alves - CRP 05/18453

Comissão de Psicologia e Justiça

É responsável por debater com os profissionais do campo sócio-jurídico as questões pertinentes à prática da Psicologia no Sistema de Justiça, dentro dos princípios éticos, norteadores da prática, articulando as questões de Direitos Humanos que lhe atravessam.

Coordenação: Eliana Olinda Alves - CRP 05/24612

Comunicação Social

É responsável pela elaboração das matérias do jornal e do site do CRP-RJ, além de realizar a divulgação dos eventos organizados ou apoiados pelo Conselho.

Coordenação: Eliana Olinda Alves - CRP 05/24612

Contato: ascom@crprj.org.br

Comissão de Recursos Humanos

Trabalha para a melhoria das condições de trabalho dos funcionários do CRP-RJ e conseqüente melhoria no atendimento aos profissionais.

Coordenação: Conselheiro Luiz Fernando Monteiro - CRP 05/2346

Comissão de Auditoria e Controle Interno

Realiza auditorias periódicas no Conselho a fim de garantir a legalidade, a transparência e a economicidade em suas ações.

Coordenação: Conselheiro Luiz Fernando Monteiro - CRP 05/2346

Comissão Permanente de Licitação

Garante a transparência dos processos de compras e contratações do CRP-RJ.

Coordenação: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho - CRP 05/26077

Novas comissões de Saúde e Direitos Humanos realizam primeiro evento



As Comissões de Saúde e Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ realizaram, no dia 1º de dezembro, o evento “Sujeito em movimento ou Movimento sem sujeito? – Rumos da Reforma Psiquiátrica”. Foi o primeiro evento organizado pelas Comissões depois da posse da nova gestão do Conselho, em setembro deste ano.



Dando início ao evento, Ana Carla Souza Silveira da Silva, nova coordenadora da Comissão de Saúde do CRP-RJ, lembrou que o Movimento da Luta Antimanicomial (MLA) não quer apenas o fim dos manicômios: “Queremos mudar a forma da sociedade conceber a relação entre as pessoas. Queremos uma sociedade sem manicômios, sem estigmas e sem exclusão.”



Em seguida, foram exibidos dois vídeos. O primeiro, organizado por Beatriz Adura, psicóloga colaboradora das Comissões de Saúde e de Direitos Humanos do CRP-RJ e militante do MLA, relembra momentos dos 20 anos de Luta Antimanicomial no Brasil. O segundo, organizado por Edvaldo Nabuco, militante do MLA, mostrou trechos de falas de usuários e familiares durante o VIII Encontro Nacional de Usuários e Familiares do Movimento da Luta Antimanicomial, ocorrido em Vitória, em novembro de 2007.



Com o objetivo de dar início à discussão do encontro de comemoração dos 20 anos da Luta Antimanicomial, que ocorreu em Bauru/SP, de 6 a 9 de dezembro de 2007, diversos participantes deram depoimentos sobre suas experiências dentro do Movimento da Luta Antimanicomial. Dentre

eles, além de Beatriz e Edvaldo, puderam contar suas histórias Moisés Ferreira, usuário que esteve internado por 40 anos na Colônia Juliano Moreira; Iracema Polidoro, presidente da Associação de Parentes e Amigos do Imas Juliano Moreira, e Sérgio Costa, psicólogo colaborador da Comissão de Saúde. Todos chamaram a atenção para o fato do Movimento reconhecer a voz dos usuários. “Eu achava que queria esquecer pelo que passei, mas acabei ficando doente por causa disso. O Movimento me deu força para falar e para continuar vivendo”, disse Edvaldo. Ana Miranda, do Grupo Tortura Nunca Mais, completou: “O torturador, o Estado querem que a tortura seja esquecida. Ela só ganha o status de verdade na fala de quem sofreu. É por isso que a Luta Antimanicomial é tão importante. Ela deu voz aos usuários”.

Sérgio chamou atenção para o fato de muitos movimentos sociais estarem se afastando dos motivos de sua criação. “O movimento não pode viver só pelo movimento, não pode viver sem o sujeito que o criou. É preciso manter a fala do usuário sempre presente na Luta Antimanicomial”. Kátia Aguiar, professora e pesquisadora da Universidade Federal Fluminense, concordou: “Vejo muitos movimentos voltados demais para o Estado, se esquecendo dos sujeitos. Sei que é necessária uma certa ‘tutela’ do Estado, para que haja financiamento e para que os movimentos funcionem, mas é a base, são os usuários que importam no fim. É um desafio. Como fazer avançar os movimentos de modo que eles adquiram uma identidade sem perder o sentido?”.



- MUDOU-SE
- DESCONHECIDO
- RECUSADO
- ENDEREÇO INSUFICIENTE
- NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- INFORMAÇÃO ESCRITA PELO
- PORTEIRO OU SÍNDICO
- FALECIDO
- AUSENTE
- NÃO PROCURADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO
POSTAL EM ___/___/___

EM ___/___/___ _____
CARTEIRO



Impresso
Especial

9912174124/2007-DR/RJ
CRP - 5ª REGIÃO

...CORREIOS...

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª REGIÃO
RUA DELGADO DE CARVALHO, 53 TIJUCA
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20260-280

IMPRESSO